

Na capital do país

Polícia assalta residências de Afonso Dhlakama e a sede nacional da Renamo

A Renamo acusa a Polícia de ter roubado 85.000,00 meticais numa das residências de Afonso Dhlakama e 200.000,00 meticais na sede nacional do partido.

Maputo (Canalmoz) – A Polícia assaltou duas residências do presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, na cidade de Maputo, e a sede nacional deste partido, e apoderou-se de diversos bens, que incluem armas de fogo da guarda da Renamo.

A Renamo informou que foram saqueados diversos bens e documentos e que cinco membros da guarda deste partido foram presos.

Em conferência de imprensa na tarde de domingo, o tenente-general Ossufo Momade, chefe do Departamento de Defesa e Segurança da Renamo, disse que, durante a invasão à residência oficial de Afonso Dhlakama, onde vive a sua esposa Rosália, as forças governamentais detiveram dois guar-

das e apoderaram-se de 20 armas AK-47, e na outra residência roubaram 85.500,00 meticais que se destinavam à compra de víveres.

Segundo o general Ossufo Momade, na sede nacional da Renamo, as forças do Governo da Frelimo arrombaram diversos gabinetes, onde se apoderaram de um computador “laptop” de marca DELL, 200.100,00 meticais de fundo de funcionamento e duas armas AK-47 que os guardas da segurança da Renamo usavam para garantir as instalações deste partido.

Na sua comunicação, o responsável da Renamo disse que as armas que foram levadas são as que o presidente deste partido trazia em 1993, no âmbito do Acordo Geral de Paz, de Roma, e questio-

nou as razões que levaram os agentes do regime a levarem as armas.

A Renamo garante que vai reagir politicamente, uma vez que a guerra terminou em 1992.

A Renamo, que diz ter sido apanhada de surpresa com as invasões, chama a atenção dos moçambicanos, dos membros e simpatizantes da Renamo e do Corpo Diplomático em Moçambique para o facto que a Frelimo e o Governo “estão sempre a provocar”.

O assalto às residências e à sede nacional da Renamo e o roubo de dinheiro ocorreram no Domingo de Páscoa, numa altura em que Filipe Nyusi, Joaquim Chissano e Armando Guebuza compareceram em igrejas a mostrar a sua religiosidade. **(Bernardo Álvaro)**

Visite o nosso facebook

www.facebook.com/Canalmoz

Confrontos militares entre as forças do Governo e as da Renamo na disputa de Mugeba

Maputo (Canalmoz) – A localidade de Mugeba, posto administrativo de Murrothone, distrito de Mocuba, na província da Zambézia, na passada quinta-feira, 24 de Março, desde as 4h00, esteve debaixo de fogo cruzado entre forças militares da Renamo e do Governo.

A população de Murrothone e de Canivete abandonou as suas residências, para procurar locais seguros. Os serviços, incluindo a escola local, ficaram encerrados e os funcionários puseram-se em fuga, à procura de locais seguros.

Uma equipa de jornalistas de diversos órgãos de comunicação social, incluindo da Televisão de Moçambique e da Rádio Nova Paz de Quelimane, emissora da Diocese Católica da capital provincial da Zambézia, que se dirigiam ao Norte daquela província para cobrir uma efeméride, foram obrigados a inverter a marcha de regresso a Quelimane por causa da situação.

Foram ouvidas várias explosões de roquetes e de obuses e disparos na região do Canivete, segundo contaram testemunhas. A imprensa, incluindo a Televisão de Moçambique, registou o momento em que a população estava a fugir à procura de refúgio.

Apesar de a Televisão de Moçambique ter registado os acontecimentos, os apontamentos foram no mesmo dia banidos da possibilidade de serem emitidos, para não dar azo ao reconhecimento da existência de guerra, segundo informaram fontes daquela estação televisiva na cidade de Quelimane.

Fontes militares da Renamo contactadas no local confirmaram ao “Canalmoz” que houve confrontos armados entre os seus homens e forças governamentais.

Na versão da Renamo, tudo come-

çou por volta das 4h00 da quinta-feira, quando as forças especiais do Governo se deslocaram até à zona do mercado Canivete, onde apontaram os canos contra uma base da Renamo e começaram disparar armas pesadas, que se supõe serem morteiros, a uma distância de aproximadamente dois quilómetros, concretamente em Murothone, onde se encontra a base.

Segundo a Renamo, as forças governamentais tiveram medo de se aproximarem da base, tendo por isso optado por disparos a longa distância e sem alvo concreto.

Segundo as mesmas fontes, na circunstância, as forças da Renamo deslocaram-se para a retaguarda das tropas do Governo e começaram igualmente a disparar. Supõe-se que haja mortos e feridos, apesar de fontes locais terem dito que não houve registo de vítimas.

Depois de terem sido dispersados, os efectivos militares governamentais foram vistos a entrar no quartel distrital de Mocuba.

“É mentira. Não tenho informação. Foi um camião” – João Mahunguele

No domingo, o comandante provincial da PRM na Zambézia, João Mahunguele, contou ao “Canalmoz” três versões sobre o assunto. Na primeira, disse que não tinha informação sobre a existência de qualquer confronto entre as forças governamentais e as da Renamo.

Na segunda versão, disse que era mentira, porque tinha falado com o director distrital da Saúde, que estava no local, que lhe informou que não tinha havido nenhum ataque nem confronto.

Na terceira versão, João Mahunguele afirmou: “É mentira, não houve nenhum ataque nem confronto. Não tenho essa informação. Penso que o

pânico que diz ter havido foi causado por um carro que tombou e fechou a estrada, levando as pessoas a pensarem que tivesse ocorrido um ataque. Não sei se foi um camião ou ligeiro, mas penso que foi um camião de carga”.

Por outro lado, uma camioneta com elementos das Forças de Defesa e Segurança foi alvejada no passado sábado à tarde, na região de Tomo, entre Nicoadala e Nzero (Morrumbala). O ataque ocorreu sobre a ponte do rio Nauane. A camioneta foi metralhada, tendo ficado danificada, uma ocorrência que João Mahunguele também negou que tenha acontecido.

Confrontos no Bárue, província de Manica

Em comunicado emitido na sexta-feira, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, através do seu chefe de gabinete, Augusto Mateus, deu a conhecer que, na manhã da terça-feira, 22 de Março, as forças governamentais confrontaram-se com os guardas da Renamo no posto administrativo de Honde, distrito do Bárue, província de Manica.

Segundo o comunicado, no final dos confrontos e numa situação de desvantagem, as forças do Governo optaram por raptar sete elementos da população. Até ao fecho da presente edição, os seus familiares não sabiam do se paradeiro.

A Renamo diz também que, no distrito do Bárue, na localidade de Nyazónia, na tarde do dia 22 de Março, as forças governamentais raptaram o delegado político deste partido naquela localidade, de nome Joaquim Jacinto, de quem não se conhece o paradeiro, até ao momento, presumindo-se que tenha sido assassinado.

(Bernardo Álvaro)

ÚNICO MOBILE BANKING



A nova app Único Mobile Banking para smartphones permite gerir e consultar as suas contas em qualquer lugar e fazer pagamentos e transferências em poucos minutos. O tempo que gastava para ir ao banco, o Único dá-lhe agora para gastar naquilo que realmente interessa.

**UM BANCO
MAIS PRÓXIMO
DÁ-LHE MAIS TEMPO
PARA O VER CRESCER
E ISSO MUDA TUDO**



www.bancounico.co.mz

ÚNICO
Ser único muda tudo.



Serviço de Estafeta, correio expresso, carga e representação
 Av. Zedequias Manganhela, nr 591, 1 andar porta 6 - Maputo
 Tels. 82+9277680, 846606820 e 84-3980788
 Correio eletrónico: sereprel.expresso@teledata.mz

Recolhemos no domicílio e entregamos
 na porta do destinatário:

- POSTAIS
- CONVITES
- BRINDES
- ENCOMENDAS
- FACTURAS
- PRESENTES
- OUTROS SERVIÇOS DE ESTAFETA

Para mais informação contacte-nos
 através do endereço indicado.

Oito meses após entrada em vigor

Código Penal está a ser revisto

Maputo (Canalmoz) – Em vigor desde 1 de Julho de 2015, o Código Penal será revisto. A decisão surge depois de várias críticas ao documento, por conter imprecisões e incongruências. O processo de revisão do documento já começou.

Agora está-se na fase de harmonização das contribuições resultantes do processo de auscultação e participação pública de pessoas interessadas no assunto. A informação foi dada pelo Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República, Edson

Macuácu, que explicou que a revisão quer assegurar a harmonização do Código Penal com o Código do Processo Penal e com o Código de Execução de Penas e Medidas Privativas e não Privativas de Liberdade e quer também corrigir outras imprecisões que colocam em causa o sistema penal no seu todo.

Edson Macuácu afirma que é preciso que se reveja a necessidade da exclusão do Estado e outras pessoas colectivas de direito público da responsabilidade penal e o alargamento do âmbito de aplicação das penas e

medidas não privativas de liberdade para os crimes puníveis com pena a partir de 3 dias a 2 anos, e não a partir de 1 ano.

Macuácu diz que é necessária a alteração das molduras penais aplicáveis às penas de contrabando e descaminho de direitos em função da gravidade de cada tipo legal de crime e a clarificação da distinção existente entre as medidas e as penas alternativas à prisão.

Edson Macuácu falava aos jornalistas, depois do informe ao plenário sobre os trabalhos da Comissão a que preside. **(André Mulungu)**

Na província de Maputo

Obras do Tribunal de Marracuene custam 26 milhões de meticais

Maputo (Canalmoz) – As obras do Tribunal Judicial do distrito de Marracuene, província de Maputo, vão custar 260 milhões de meticais aos cofres

do Estado. A Primeira Pedra para a construção do edifício do tribunal, com cinco pisos, foi lançada na terça-feira. Segundo o empreiteiro “Meno

Construções”, a primeira fase deverá ser entregue no prazo de 180 dias. A primeira parte do projecto consiste em três pisos. **(Cláudio Saúte)**

atneia

Base de dados da legislação publicada no Boletim da República de Moçambique, I Série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.atneia.com

Assine já!
ou
Peça uma Cotação

carina@panbox.co.mz

+258 21308040/41

+258 823146330

hermes

BASE DE DADOS DOS ANÚNCIOS DE CONSTITUIÇÃO
DE ENTIDADES LEGAIS EM MOÇAMBIQUE

PUBLICADOS NO BOLETIM DA REPÚBLICA, III SÉRIE,
A PARTIR DE 25 DE JUNHO DE 1975

www.panbox.co.mz/hermes/

Publicidade

Canal de Opinião

por Noé Nhamumbo

País das “marchas e das conferências” em derrapagem

E depois dizem que a culpa é dos outros.

Maputo (Canalmoz) – Os que se preparavam para “saborear dos louros” provenientes das contrapartidas do gás devem estar repensando se valeu a pena tanta batota.

Só como devem imaginar quando a Woodside, Austrália, adia um investimento de cerca de 40 bilhões de dólares destinados a um campo gigante de gás naquele país, isso tem repercussões.

A ENI está disposta a vender os activos que tem em Moçambique, ou pelo menos já alistou Moçambique e Egipto como os alvos da sua decisão de diminuir custos. O que decidam fazer vai atrasar o LNG moçambicano, e isso obviamente terá consequências. Esteve-se durante algum tempo contando com uma “galinha dos ovos de ouro”, e para isso desenharam cenários que significavam excluir tudo e todos que quisessem participar no banquete.

A Anadarko americana continua adiando a sua intervenção, alegadamente porque ainda não con-

seguiu reunir os fundos para operacionalizar as suas intenções em relação ao gás de Cabo Delgado.

E os nossos e nossas especialistas em “lobbies” foram como que apanhados desprevenidos. Ao sabor do que o tráfico de influências lhes vinha garantindo como dado adquirido, foram criando empresas que colheriam os benefícios das parcerias a estabelecer. Primeiro, asseguraram o controlo em exclusivo da terra onde se realizará o LNG de Palma. Depois, constituíram empresas a jusante, que se aliaram a outras, para lucrar com o gás, como outros haviam feito com o carvão de Tete. Agora, que se diz existirem algumas dúvidas quanto a investimentos a efectuar pela ENI e a Anadarko, talvez se veja um abraço entre interesses sul-afrikanos e moçambicanos para vender gás moçambicano, mesmo que seja mais uma vez ao desbarato.

Face ao tamanho gigantesco do “bolo”, tudo valia, mesmo que fosse a guerra.

Aí terão cometido o primeiro grande erro. “Quem mata a galinha dos ovos de ouro, deixa de ter ovos.”

Quem tomou a decisão de antagonizar a Renamo tem responsabilidades acrescidas na crise que se vive em Moçambique.

Quem dissimuladamente se preparou para a guerra de hoje, não pode pretender que não tem culpas no cartório.

Aquilo que foram anos de uma paz aparente, muitas vezes chamada “paz podre”, revelou-se como um período em que os cultores da supremacia, os apologistas do partido único, afinaram as suas estratégias que hoje estão sendo implementadas.

O objectivo dos “arrancadores de vitórias” é assegurar que o acumulado continue crescendo e que não apareçam obstáculos de qualquer tipo para a prossecução dos planos traçados. Alianças formais e informais terão sido estabelecidas e têm sido perseguidas com decisão e firmeza.

Canalmoz no **facebook**
www.facebook.com/CanalMoz



Goste da nossa página

Publicidade

A aparente normalidade que eventos urbanos emprestam ao ar não condiz com uma realidade de ódios e guerra. Há muita coisa não plausível acontecendo e que demonstra desalinhamentos graves de natureza política.

É preciso que os moçambicanos de todas as cores partidárias não se cansem de dar oportunidade à paz, por mais sombrio que tudo pareça.

E impedir que os recursos naturais se tornem motivo para guerras fratricidas é um primeiro passo a dar. Não são as “marchas e conferências” pretensamente pela paz que vão trazer a paz.

A batalha de hoje é continuação da gesta independentista no sentido de que falta muito para concretizar o que os nossos bravos libertadores iniciaram.

Não se pode regressar aos “tempos negros” da ditadura, antes por razões ligadas a pretensas ideologias, e agora por

razões económico-financeiras.

Existem razões para acreditar que Moçambique está sendo vítima de uma cabala associada às suas riquezas minerais. Algum interesse geoestratégico também se perfila no que as potências fazem e deixam fazer.

É de todo condenável que académicos que se têm mantido no activo através de contribuições públicas europeias sejam os primeiros a propagar a ideia de que existe grande fraude e pequena fraude. Acabam por apoiar megafraudes repetidas, como se isso não tivesse consequências. E depois obviamente que as suas opiniões têm seguidores. A abstenção crescente no país é sinónimo de indiferença, e esta pode ser cruel nos seus resultados.

O perigo de hoje é que não se observam aberturas para um diálogo sério vinculativo e integral. Fala-se de diálogo, e muitos di-

zem que estão a favor da paz e até marcham pela paz. Outros sobem aos palcos para proferir palestras sobre a paz. Outros ainda oferecem-se ou são pagos para entrevistas televisivas para dizer ou repetir que não deve haver pré-condições para o diálogo. É completamente descabido que uma pessoa que tenha sido emboscada aceite ir para um diálogo sem garantias de segurança. Além de que parece repetição daquilo que foi recusado ao nível do Centro de Conferências “Joaquim Chissano”. Gastou-se rios de dinheiro discutindo o que não foi implementado quanto ao AGP de Roma e enganou-se todo um povo através de troca de acusações baratas.

Hoje estamos em guerra virtual, e as hesitações persistem no que refere à prontidão para, com maturidade, se discutir o que sabe continuar a dividir as partes. **(Noé Nhantumbo)**

Preçário de Assinaturas | Distribuição diária por e-mail | 20 edições mensais

Canalmoz

Tipo de Assinante	(USD) Contratos Mensais (i)	(USD) Contratos Anuais (12 Meses) (ii)
(a) Pessoa Singular	20	15 usd x 12 meses = 180 usd
(b) Empresas e Associações de Direito Moçambicano	40	30 x 12 = 360
(c) Órgãos e Instituições do Estado	50	40 x 12 = 480
(d) Embaixadas e Consulados em Moçambique e Organismos Internacionais	60	50 x 12 = 600
(e) Embaixadas e representações Oficiais de Moçambique no exterior	60	50 x 12 = 600
(f) ONG's Nacionais	30	20 x 12 = 240
(g) ONG's Internacionais	50	40 x 12 = 480

Notas

- Os valores expressos poderão ser pagos em Meticais ao cambio do dia do mercado secundário
- Nas facturas e recibos inerentes deve-se mencionar a letra que corresponde ao tipo de assinatura
- (i) Pronto pagamento ou débito directo em conta bancária
- (ii) Pronto pagamento ou débito directo em conta bancária

Publicidade